

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- NOÇÕES DE DIREITO --

Questão 1

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, integram a Secretaria de Estado responsável pela defesa social

- A a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.
- B a Polícia Penal, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.
- C a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.
- D a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.
- E a Polícia Penal, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||B|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||C|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_CORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||D|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||E|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

Questão 2

Três policiais civis do estado de Pernambuco respondem a processo disciplinar por razões diferentes, não constituindo nenhuma delas caso de reincidência: Pedro, por ter exercido, cumulativamente, duas funções públicas, sem resguardo das exceções previstas em lei; Lucas, por ter praticado ato que concorreu para comprometer a dignidade da função policial; e Marcos, por ter participado de manifestações de desprezo a autoridade estadual.

Nessa situação hipotética, conforme disposto na Lei n.º 6.425/1972, a pena de suspensão de até trinta dias é aplicável a

- A Pedro, Lucas e Marcos.
- B Pedro e Lucas, somente.
- C Lucas e Marcos, somente.
- D Lucas, somente.
- E Marcos, somente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou desprezo a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||B|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou desprezo a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||C|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||D|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||E|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil CORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

▼ Questão 3

Quatro funcionários públicos civis do estado de Pernambuco encontram-se nas seguintes situações: Frederico exerce mandato eletivo municipal; João está em gozo de licença para tratar de interesse particular; Sandro está à disposição de determinada entidade da administração direta do estado de Pernambuco, para exercer cargo de chefia; e Ana está licenciada para acompanhar seu cônjuge, que é funcionário civil e foi mandado servir em outro ponto do território nacional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção que apresenta o(s) funcionário(s) que estará(ão) impedido(s) de ser(em) promovido(s) por merecimento enquanto estiver(em) nessas condições.

- Ⓐ Frederico, João, Sandro e Ana
- Ⓑ Frederico, João e Ana, somente
- Ⓒ Sandro, Frederico e Ana, somente
- Ⓓ Ana e João, somente
- Ⓔ João e Sandro, somente

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||B|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco CORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||C|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||D|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||E|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

Questão 4

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, denomina-se

- A grupo ocupacional.
- B nível.
- C faixa.
- D matriz.
- E grade.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008. */

||B|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||C|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||D|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. CORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||E|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

Questão 5

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a edição de normas de organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é competência legislativa

- A privativa da União.
- B concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, apenas.
- C privativa dos estados e do Distrito Federal.
- D concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, apenas.
- E concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||B|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. CORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||C|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||D|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||E|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

Questão 6

Conforme a CF, o controle externo da atividade policial será exercido pelo

- Ⓐ Poder Judiciário, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓑ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓒ Ministério Público, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓓ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓔ Ministério Público, na forma disciplinada em lei ordinária.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||B|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||C|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **CORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||D|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||E|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;” */

Questão 7

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, incumbe privativamente à Polícia Civil (PC), entre outras atribuições e ressalvada a competência da União,

- Ⓐ apurar infrações penais, inclusive as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓑ exercer as funções de polícia judiciária e executar as atividades técnicas e científicas de realização de identificação civil e criminal, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.
- Ⓒ apurar atos infracionais praticados por menores, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓓ apurar infrações penais, exceto as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que ocupe o último nível da carreira.
- Ⓔ executar atividades técnicas e científicas de realização de perícia criminais, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco. **INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a **apuração de infrações penais, exceto as militares;**

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- a) executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- b) proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- c) vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||B|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco. **INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- a) executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- b) proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- c) vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||C|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._INCORRETA. Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||D|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._CORRETA. Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||E|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._INCORRETA. Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

Questão 8

Acerca dos poderes da administração pública e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- O poder hierárquico da administração pública pode ser definido como o poder de punir as infrações funcionais dos servidores e demais indivíduos que estejam sujeitos à disciplina de órgãos públicos.
- O poder regulamentar da administração pública consiste na possibilidade de expedição de atos normativos, ainda que primários, desde que não sejam contrários à lei.
- O poder de polícia da administração pública consiste na possibilidade de condicionar, restringir, frear o exercício de atividade, o uso e o gozo de bens e direitos pelos particulares, em nome do interesse da coletividade.
- O ato administrativo discricionário depende da conveniência e oportunidade do órgão público, razão pela qual está imune ao controle do Poder Judiciário.
- O ato administrativo goza de presunção absoluta de legitimidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

INCORRETA. O poder hierárquico se caracteriza pelo poder de comandar as instâncias inferiores no âmbito da mesma pessoa jurídica. O conceito apresentado na opção é o de poder disciplinar. */

||B|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

INCORRETA. O poder regulamentar da administração pública deve destinar-se à execução de um preceito formulado em lei, a fim de que não haja a usurpação da competência do Poder Legislativo com a formulação de preceito ausente no texto legal.*/

||C|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

CORRETA. Esse conceito de poder de polícia está difundido amplamente na doutrina majoritária. Segundo o conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.*/

||D|| - 3 Ato administrativo._INCORRETA. O fato de o ato discricionário depender da conveniência e a oportunidade da Administração não o torna imune ao controle judicial, não analisando o Poder Judiciário apenas esses tópicos.*/

||E|| - 3 Ato administrativo._INCORRETA. O ato administrativo goza de presunção de legitimidade, porém esta é relativa, podendo ser afastada, conforme ensinamentos de diversos doutrinadores.*/

Questão 9

No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O princípio da legalidade na administração pública é aplicado de forma que esta somente pode praticar ato previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- B** De acordo com o princípio constitucional da publicidade, todo ato da administração pública deve ser divulgado, não havendo exceção, em decorrência de seu dever de transparência.
- C** Devido ao princípio da supremacia do interesse público, não há aplicação do princípio da segurança jurídica na administração pública.
- D** O princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas.
- E** Os princípios explícitos guardam supremacia sobre os princípios implícitos, mesmo que ambos decorram da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. O princípio da legalidade significa que a administração pública somente pode praticar ato previsto em ato normativo, não se exigindo, entretanto, que a lei seja aprovada pelo Congresso Nacional. O princípio descrito na opção é o da reserva legal.* /

||B|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. De acordo com o princípio da publicidade, a confidencialidade é vista de forma excepcional, porém há possibilidade da realização de atos sigilosos quando imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado. * /

||C|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. O princípio da segurança jurídica é um dos princípios aplicáveis à administração pública, com o objetivo de garantir estabilidade nas relações jurídicas estabelecidas.* /

||D|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. CORRETA. Segundo a doutrina, o princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas, devendo-se verificar se a medida é necessária e adequada a seu objetivo, bem como a relação proporcional entre os benefícios ocasionados e seus gravames. * /

||E|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. INCORRETA. Segundo a doutrina, não há hierarquia entre os princípios que regem a administração pública.* /

Questão 10

A responsabilidade civil de concessionária de transporte rodoviário no exercício do serviço público é

- A** subjetiva, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo causal, além do dolo ou da culpa.
- B** objetiva, fundada no risco administrativo, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- C** objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar apenas o resultado.
- D** objetiva, fundada no risco do negócio, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- E** objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||B|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. CORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||C|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||D|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||E|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

Questão 11

Durante uma investigação conduzida pela polícia civil, um cidadão foi detido e conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos sobre sua suposta participação em um crime. Ao chegar à delegacia, o cidadão manifestou o desejo de consultar seu advogado antes de prestar qualquer declaração. O policial civil, porém, se recusou a permitir o acesso imediato do suspeito ao advogado, alegando a necessidade de esclarecimentos urgentes.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

- A** O policial civil agiu corretamente, pois a referida lei não garante ao suspeito o direito imediato de acesso a advogado durante a fase de investigação.
- B** A recusa do policial civil em permitir o contato do suspeito com advogado configura crime descrito na referida lei.
- C** O cidadão só tem o direito de consultar seu advogado após a formalização de um processo judicial.
- D** O policial civil pode permitir o contato do suspeito com advogado, desde que tenha autorização judicial específica.
- E** A citada lei pune apenas como infração administrativa a conduta do policial civil de impedir o acesso do investigado ao seu defensor.

JUSTIFICATIVAS

A - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade pune a referida conduta de impedir que o investigado possa entrevistar-se com seu advogado.*

B - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_CORRETA. Trata-se de crime previsto no art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade.*

C - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. A opção está em dissonância com o art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade.*

D - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. A entrevista independe de autorização judicial.*

E - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade estabelece como crime a referida conduta de impedir que o investigado possa entrevistar-se com seu advogado.*

Questão 12

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- A** A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- B** Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- C** A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- D** Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- E** O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

CORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal visa impedir que uma nova lei penal prejudique o acusado com base em fatos anteriores à sua vigência (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

B - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. Sônia está amparada pelo princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

C - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal não faz ressalva relativa ao crime ainda não ter sido julgado (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

D - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal não faz distinção entre crime grave ou não (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

E - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal se aplica a processos em andamento, não permitindo que a nova lei penal mais gravosa seja aplicada aos fatos anteriores à sua vigência.*

Questão 13

Durante sua estadia nos Estados Unidos da América, Caroline, brasileira, foi acusada de conduta tipificada como crime tanto na legislação estadunidense quanto na legislação brasileira.

Considerando a situação hipotética anterior e a legislação brasileira referente à extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- A** A extraterritorialidade da lei penal brasileira não se aplica à situação em apreço.
- B** A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes cometidos por estrangeiros no exterior.
- C** Para que Caroline possa ser processada no Brasil, basta que haja acordo de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América.
- D** Caroline poderá ser processada no Brasil, independentemente do interesse dos Estados Unidos da América.
- E** A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes imprescritíveis e inafiançáveis.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal prevê a extraterritorialidade para crimes praticados por brasileiros no estrangeiro, o que inclui o caso de Caroline.*

B - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal prevê a extraterritorialidade para crimes praticados por brasileiros no estrangeiro, o que inclui o caso de Caroline.*

C - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O Código Penal (artigo 7.º, § 2.º) exige outras condições além do acordo de extradição.*

D - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._CORRETA. Conforme o artigo 7.º, II, “b”, do Código Penal, a lei brasileira é aplicável aos crimes cometidos por brasileiro no estrangeiro. Portanto, Caroline, sendo brasileira, pode ser processada no Brasil pelo crime que cometeu nos Estados Unidos da América.*

E - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal trata de uma condição específica de imprescritibilidade e inafiançabilidade, mas a extraterritorialidade se aplica a diversas situações.*

Questão 14

Durante uma reestruturação em determinada empresa, Diana, descontente com as atitudes de Bruno, seu colega de trabalho que exerce cargo de chefia, o chantageou para obter vantagens pessoais no trabalho. Diana, mediante grave ameaça, afirmou que divulgaria informações confidenciais sobre a vida pessoal de Bruno caso ele não lhe concedesse um cargo mais elevado na empresa.

Nessa situação hipotética, Diana praticou o crime de

- A** extorsão qualificada pelo meio grave de ameaça.
- B** extorsão privilegiada por motivo de vingança.
- C** extorsão comum.
- D** extorsão mediante sequestro.
- E** extorsão tentada.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A situação descrita não envolve o uso de meio grave de ameaça, como arma de fogo, que caracterizaria a qualificadora prevista no § 1.º do artigo 158 do Código Penal.*/
 ||B|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A motivação pessoal de vingança não é um critério que torna a extorsão privilegiada. A extorsão privilegiada está prevista no § 2.º do artigo 158 do Código Penal e refere-se à coação exercida por ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro da vítima.*/
 ||C|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **CORRETA**. A extorsão comum ocorre quando alguém constrange outra pessoa, mediante grave ameaça, com o intuito de obter vantagem econômica indevida, o que se encaixa na situação apresentada.*/
 ||D|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A situação não envolve o elemento do sequestro, que consiste na privação da liberdade da vítima. O crime de extorsão mediante sequestro é disciplinado no artigo 159 do Código Penal.*/
 ||E|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A narrativa do caso indica que a ameaça foi concretizada, não se tratando de uma tentativa de extorsão.*

Questão 15

À luz do Estatuto do Desarmamento, assinale a opção correta.

- A** As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Ministério da Justiça.
- B** Aos integrantes das guardas municipais dos municípios que integram regiões metropolitanas é autorizado o porte de arma de fogo mesmo fora de serviço.
- C** A guarda de arma desmuniçada, ainda que em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não constitui crime.
- D** Disparo de arma de fogo é crime comum punível com pena de detenção de 1 a 2 anos.
- E** O certificado de registro de arma de fogo autoriza seu proprietário a manter a arma no seu local de trabalho, desde que seja ele o responsável legal pela empresa.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. Arma de fogo de uso restrito deve ser registrada no Comando do Exército Brasileiro (Estatuto do Desarmamento, art. 3.º, parágrafo único).*/
 ||B|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. O porte está restrito ao período em que o guarda municipal esteja em serviço (Estatuto do Desarmamento, art. 6.º, §7.º).*/
 ||C|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. A opção está em desconformidade com o art. 12 do Estatuto do Desarmamento.*

||D|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. O crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 do Estatuto do Desarmamento, é crime comum punível com pena de reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.*/
 ||E|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **CORRETA**. A opção está em conformidade com o art. 5.º do Estatuto do Desarmamento.*

Questão 16

Entre outras atribuições estabelecidas no Código de Processo Penal (CPP), compete ao juiz das garantias

- A** zelar pela observância dos direitos do preso, desde que a ordem de prisão seja proferida no curso da ação penal.
- B** ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- C** julgar *habeas corpus* impetrado depois do oferecimento da denúncia.
- D** decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados no curso da ação penal.
- E** decidir sobre o requerimento de medidas cautelares, exceto prisão.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) III – zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo”.*/
 ||B|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **CORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) IV – ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal”.*/
 ||C|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) XII – julgar o *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia”.*/
 ||D|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) XVII – decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação”.*/
 ||E|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) V – decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar”.*

Questão 17

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos casos de crimes processados mediante ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou do Ministério Público.
- Ⓑ Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial só poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, após autorização judicial.
- Ⓒ Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.
- Ⓓ O inquérito é procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia.
- Ⓔ O inquérito não poderá ser iniciado sem representação nos casos de crimes em que a cabível ação pública depender de representação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 5.º (...) § 5.º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la”.*/

||B|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 7.º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública”.*/

||C|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.*/

||D|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. O inquérito não se mostra imprescindível para a persecução penal, conforme jurisprudência pacífica do STJ: “1. Eventual vício na prisão em flagrante ou no inquérito policial não tem o liame de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa das peças processuais e sua dispensabilidade na formação da *opinio delicti*” (AgRg no Agravo em Recurso Especial n.º 1.374.735 – DF).*/

||E|| - 2 Inquérito policial._CORRETA. CPP: “Art. 5.º (...) § 4.º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado”.*/

Questão 18

Acerca da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- Ⓑ É vedada a nomeação de defensor ao investigado em inquérito policial, haja vista o caráter inquisitivo do procedimento.
- Ⓒ O interrogatório dos investigados por um mesmo fato deverá ser tomado em conjunto.
- Ⓓ Não terá efeito a confissão feita pelo investigado fora do interrogatório.
- Ⓔ Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, ele deverá, desde logo, condená-la por falso testemunho.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _CORRETA. CPP: “Art. 200. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto”.*/

||B|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado”.*/

||C|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 191. Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente”.*/

||D|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 199. A confissão, quando feita fora do interrogatório, será tomada por termo nos autos, observado o disposto no art. 195”.*/

||E|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 211. Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito”.*/

Questão 19

José praticou crime punido com pena de 1 a 2 anos de detenção. Maria cometeu contravenção penal punida com pena de prisão simples de 6 meses a 2 anos. Antônio incorreu em crime punido com pena de 6 meses a 3 anos de detenção.

Na situação hipotética precedente, compete ao juizado especial criminal processar e julgar

- Ⓐ José, Maria e Antônio.
- Ⓑ Maria, apenas.
- Ⓒ José e Maria, apenas.
- Ⓓ Maria e Antônio, apenas.
- Ⓔ José, apenas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*/

||B|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*/

||C|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_CORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*/

||D|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*/

||E|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*/

Questão 20

Com base nas disposições constitucionais referentes ao processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.
- Ⓑ São princípios constitucionais do tribunal do júri a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- Ⓒ Às presidiárias que sejam mães de recém-nascidos serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, salvo as condenadas por crimes praticados com violência.
- Ⓓ No caso de crime político praticado por estrangeiro, autoriza-se a concessão de extradição.
- Ⓔ Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.*/

||B|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.*/

||C|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”.*/

||D|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião”.*/

||E|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_CORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.*/

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Texto 2A1-I**

Quando se trata de obesidade, é importante ter em mente que vivemos um grave problema de saúde pública. Dados de 2019 do Ministério da Saúde apontam que cerca de 50% da população possuem excesso de peso (ou seja, têm índice de massa corporal — IMC — maior que 25) e 20% da população são obesos (IMC maior que 30).

As pesquisas são claras ao dizer que há correlação entre a condição de sobrepeso e de obesidade e a mortalidade por doenças cardíacas. Por isso, não é correto dizer que está tudo bem se a obesidade no país aumentar drasticamente. Mas, nesse contexto, muitas pessoas se amparam em um discurso médico para lembrar constantemente a toda pessoa gorda que ela precisa urgentemente emagrecer, o que também não é correto.

Médicos e nutricionistas garantem que é perfeitamente possível uma pessoa gorda ser mais saudável que uma pessoa magra. Magreza não é sinônimo de saúde, e não só gordos têm diabetes, hipertensão, problemas cardíacos e problemas articulares.

O excesso de peso e a obesidade têm diversas causas, como fatores genéticos, fisiológicos, sociais, psicológicos e nutricionais. Portanto, quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando uma série de fatores que podem dificultar muito esse processo. Além disso, uma pessoa pode perder peso tomando remédios fortes, submetendo-se a cirurgias, adotando dietas agressivas ou longos períodos de jejum. Mas isso não significa que a saúde melhore.

O consumo excessivo de açucarados e de baixa qualidade nutricional é um fator importante para o crescimento da obesidade. Se os pais de uma criança permitem que ela tenha uma rotina mais sedentária, tenha como fonte de lazer o celular, o *videogame*, o computador e a televisão, e coma muitos produtos açucarados, ela pode adquirir sobrepeso ou mesmo obesidade. A genética, o meio social, a condição psicológica e até o desmame precoce são alguns dos fatores que também podem influenciar esse processo.

Os fiscais do corpo alheio que se convencem de que estão apenas incentivando as pessoas a emagrecerem podem não estar ajudando em nada. O estigma social em torno do corpo gordo leva as pessoas a buscar medidas extremas, não para alcançar a saúde, mas a magreza. Disso decorrem diversos transtornos alimentares e até o próprio agravamento da obesidade.

Uma pesquisa identificou que cerca de 65% dos executivos têm objeções à contratação de profissionais obesos. A vida das pessoas gordas é minada por diversas perdas de direitos. Se essas pessoas são privadas de dignidade, de acesso pleno aos sistemas de saúde e de concorrência justa aos postos de trabalho e submetidas a chacotas e opressões que deterioram sua autoestima e saúde mental, é no mínimo perverso dizer que elas são culpadas pela própria obesidade. Quem deve dizer se o excesso de peso de uma pessoa é um problema para a saúde dela é um profissional de saúde, amparado por tantos exames quanto forem necessários.

Questão 21

De acordo com as ideias do texto 2A1-I, é correto afirmar que

- I obesidade é uma condição fisiológica que exige da pessoa obesa empenho em perder peso a fim de garantir que não desenvolva doenças cardíacas.
- II pessoas obesas desenvolvem transtornos alimentares porque são orientadas por pessoas magras a adotar medidas extremas para reduzir a massa corporal.
- III a obesidade é causada por fatores distintos, o que torna o emagrecimento um processo complexo, em que se faz necessária a atuação embasada de profissionais da saúde.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - I Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados **_INCORRETA**. O item I está errado, pois o texto argumenta que as causas da obesidade são múltiplas, o que torna as condições clínicas das pessoas obesas diferenciadas, assim como o processo de emagrecimento dependente de fatores diversos. Dessa forma, a afirmação segundo a qual a pessoa obesa deve se empenhar em perder peso a fim de garantir que não desenvolva doenças cardíacas não é correta, pois a redução de peso não é garantia de saúde, sendo argumentado que emagrecer não é suficiente para evitar doenças.*/

||B|| - I Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados **_CORRETA**. O item III está certo, pois o texto argumenta que as causas da obesidade são múltiplas, o que torna as condições clínicas das pessoas obesas diferenciadas, assim como o processo de emagrecimento dependente de fatores diversos. Dessa forma, está correta a afirmação segundo a qual a obesidade requer a atuação de profissionais da saúde, amparados por exames que demonstrem as condições clínicas da pessoa obesa em cada caso.*/

||C|| - I Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados **_INCORRETA**. Além do item I, o item II também é errado, pois

o texto argumenta que os transtornos alimentares decorrem da adoção de medidas extremas por pessoas obesas a fim de alcançar o emagrecimento como resposta às pressões sociais, mas não existe uma afirmação que atribua às pessoas magras tal recomendação.*/

||D|| - I Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados **_INCORRETA**. O item II é errado, pois o texto argumenta que os transtornos alimentares decorrem da adoção de medidas extremas por pessoas obesas a fim de alcançar o emagrecimento como resposta às pressões sociais, mas não existe uma afirmação que atribua às pessoas magras tal recomendação.*/

||E|| - I Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados **_INCORRETA**. Apenas o item III está certo.*/

Questão 22

Em relação ao período “Disso decorrem diversos transtornos alimentares e até o próprio agravamento da obesidade.”, no final do penúltimo parágrafo do texto 2A1-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ O termo “Disso” retoma “a magreza”, presente no período imediatamente anterior.
- Ⓑ O termo “Disso” funciona como sujeito da oração que forma o período em questão.
- Ⓒ O sujeito da oração que forma o período em questão classifica-se como simples.
- Ⓓ O verbo **decorrer** exige complemento introduzido por preposição.
- Ⓔ A substituição do termo “Disso” por **Nisso** seria gramaticalmente correta.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **INCORRETA**. O termo “Disso” remete à busca das pessoas pela magreza mediante medidas extremas, em decorrência da pressão social, conforme a ideia expressa no período imediatamente anterior. Assim, não se trata de referência a um termo isolado, mas a toda a ideia expressa nas orações que formam o período imediatamente precedente.*/

||B|| - 5.3 Relações de subordinação entre termos da oração. **INCORRETA**. O termo “Disso” é complemento do verbo.*/

||C|| - 5.2 Relações de coordenação entre termos da oração. **INCORRETA**. O sujeito é composto, pois envolve dois termos sintáticos relacionados pela conjunção aditiva “e”: “diversos transtornos alimentares” e “até o próprio agravamento da obesidade”.*/

||D|| - 5.6 Regência verbal. **CORRETA**. O verbo **decorrer** rege complemento introduzido pela preposição **de** (no caso, o termo “Disso”).*/

||E|| - 5.6 Regência verbal. **INCORRETA**. O verbo **decorrer** articula-se com a preposição **de** na estruturação do predicado. O uso da preposição **em** não estaria de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.*/

Questão 23

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reorganização da estrutura do seguinte período do quarto parágrafo do texto 2A1-I: “Portanto, quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando uma série de fatores que podem dificultar muito esse processo.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical e o sentido do texto.

- Ⓐ Quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está, portanto, ignorando uma série de fatores que podem dificultar muito esse processo.
- Ⓑ Portanto, alguém quando diz a uma pessoa gorda que ela é assim, porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando uma série de fatores que podem dificultar muito esse processo.
- Ⓒ Portanto quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim, porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando uma série de fatores, que podem dificultar muito esse processo.
- Ⓓ Quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim porque quer, ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando uma série de fatores, que podem, portanto, dificultar muito esse processo.
- Ⓔ Quando alguém diz a uma pessoa gorda que ela é assim porque quer ou porque não se esforça para emagrecer, está ignorando portanto uma série de fatores que podem dificultar muito esse processo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. **CORRETA**. A intercalação do conectivo “portanto” na estrutura da oração principal do período é marcada obrigatoriamente por vírgulas, antes e depois do termo intercalado.*/

||B|| - 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. **INCORRETA**. A anteposição da oração adverbial temporal no segundo período em relação à oração principal é marcada obrigatoriamente por vírgula. **a**

||C|| - 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. **INCORRETA**. A vírgula após a conjunção coordenativa “Portanto” é obrigatória para marcar a anteposição da oração adverbial temporal em relação à oração principal.*/

||D|| - 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. **INCORRETA**. A novo posicionamento do conectivo “portanto” muda o sentido veiculado no texto original. Além disso, a introdução de vírgula após “fatores” altera a semântica da oração subordinada adjetiva empregada logo em seguida.*/

||E|| - 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. **INCORRETA**. A intercalação do conectivo “portanto” na estrutura da oração principal do período deve ser marcada obrigatoriamente por vírgulas, antes e depois do termo intercalado.*/

Questão 24

Conclui-se do texto 2A1-I que

- Ⓐ as pessoas com IMC acima de 25 são classificadas como obesas.
- Ⓑ médicos e nutricionistas recomendam o uso de tratamentos medicamentosos no combate ao excesso de peso, desde que amparados em exames prévios.
- Ⓒ a palavra **gordo** ou **gorda** é usada de forma pejorativa pela sociedade para se referir a pessoas com sobrepeso.
- Ⓓ aproximadamente metade da população brasileira está obesa, segundo dados do Ministério da Saúde.
- Ⓔ a obesidade infantil está associada a hábitos como consumo de bebidas açucaradas e uso rotineiro do celular e similares nos momentos de lazer das crianças.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. Pelas informações do primeiro parágrafo, obesos são aqueles com IMC maior que 30.*/

||B|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. Não há referência no texto à orientação às pessoas obesas de uso de tratamento medicamentoso por parte de médicos e nutricionistas. Existe referência ao uso de medicamentos fortes por pessoas obesas na tentativa de perder peso. O texto faz referência à necessidade de exames para embasar as decisões dos profissionais da saúde quanto ao procedimento a ser adotado em cada caso.*/

||C|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. O texto não faz nenhuma análise acerca do uso da palavra **gordo(a)**.*/

||D|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. No primeiro parágrafo, o percentual de 50% diz respeito às pessoas com excesso de peso, que conceitualmente são distintas das obesas, conforme se conclui dos dados sobre IMC apresentados entre parênteses no mesmo parágrafo.*/

||E|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **CORRETA**. O texto aponta o consumo de bebidas açucaradas e o sedentarismo pelo uso de produtos eletrônicos nos momentos de lazer como fatores que contribuem para a obesidade na infância.*/

Questão 25

Em relação a aspectos linguísticos do terceiro período do último parágrafo do texto 2A1-I, julgue os itens a seguir.

- I Os termos “de dignidade”, “de acesso pleno aos sistemas de saúde” e “de concorrência justa aos postos de trabalho” são regidos sintaticamente pelo termo “privadas”.
- II A inclusão da forma pronominal **sua** imediatamente antes de “saúde mental” preservaria a correção gramatical do texto.
- III A correção gramatical do período seria mantida se fosse eliminada a forma pronominal “elas”.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.6 Regência nominal. **INCORRETA**. Todos os itens estão certos.*

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.6 Regência nominal. **INCORRETA**. Todos os itens estão certos.*

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.6 Regência nominal. **INCORRETA**. Todos os itens estão certos.*

||D|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.6 Regência nominal. **INCORRETA**. Todos os itens estão certos.*

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.6 Regência nominal. **CORRETA**. Todos os itens estão certos. O item I é certo porque os termos citados estão coordenados entre si e são vinculados sintaticamente ao termo “privadas” como complementos nominais. O item II é certo porque o pronome **sua** poderia ser inserido na estrutura do sintagma nominal “saúde mental”, explicitando a relação de posse genitiva e a relação referencial com o termo “as pessoas obesas”. No texto original, a omissão é possível pelo fato de o pronome “sua” ter escopo sobre os termos “autoestima” e “saúde mental”, que estão articulados por coordenação aditiva. O item III é certo porque a omissão do pronome “elas” é possível e resultaria em uma oração de sujeito nulo, mantendo-se a retomada anafórica do antecedente referencialmente vinculado “as pessoas obesas”, o que se confirma pela flexão do verbo “são” na 3.ª pessoa do plural.*

Questão 26

No texto 2A1-I, o autor assume posicionamento contrário

- A** à aceitação do aumento indiscriminado da obesidade na população.
- B** às pesquisas que afirmam que a obesidade é um problema de saúde.
- C** às orientações de profissionais da saúde, como médicos e nutricionistas.
- D** à contratação de pessoas obesas.
- E** à culpabilização dos pais por fatores de risco para o desenvolvimento da obesidade em crianças.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **CORRETA**. A opção é corroborada pelo seguinte trecho do texto: “não é correto dizer que está tudo bem se a obesidade no país aumentar drasticamente” (segundo parágrafo).*

||B|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. O autor concorda que a obesidade é um problema de saúde, conforme destaca já no primeiro período do texto.*

||C|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. Em nenhum momento no texto, o autor demonstra posicionamento contrário às orientações de médicos e nutricionistas. Ao contrário, ratifica, ao final do texto, que só um profissional de saúde é competente para avaliar se o excesso de peso é um problema para uma pessoa.*

||D|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. No último parágrafo, o autor se posiciona contrariamente à conduta dos executivos de evitar contratar pessoas gordas.*

||E|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **INCORRETA**. No quinto parágrafo, o autor responsabiliza os pais por fatores de risco associados à obesidade infantil.*

Questão 27

No segundo período do último parágrafo do texto 2A1-I, a palavra “minada” corresponde a uma forma de participio do verbo **minar**, que, nesse contexto, tem o mesmo significado de

- A** brotar.
- B** prejudicar.
- C** fomentar.
- D** despontar.
- E** irromper.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 6.1 Significação das palavras. **INCORRETA**. O significado do verbo **minar** compatível com o texto é “prejudicar ocultamente, insidiosamente; solapar”, conforme dicionários da língua portuguesa. O verbo **brotar**, por sua vez, significa “originar-se; provir”.*

||B|| - 6.1 Significação das palavras. **CORRETA**. O significado do verbo **minar** compatível com o texto é “prejudicar ocultamente, insidiosamente; solapar”, conforme dicionários da língua portuguesa.*

||C|| - 6.1 Significação das palavras. **INCORRETA**. O significado do verbo **minar** compatível com o texto é “prejudicar ocultamente, insidiosamente; solapar”, conforme dicionários da língua portuguesa. O verbo **fomentar**, por sua vez, significa “estimular, promover”.*

||D|| - 6.1 Significação das palavras. **INCORRETA**. O significado do verbo **minar** compatível com o texto é “prejudicar ocultamente, insidiosamente; solapar”, conforme dicionários da língua portuguesa. O verbo **despontar**, por sua vez, significa “começar a aparecer, a revelar-se; surgir, nascer, brotar”.*

||E|| - 6.1 Significação das palavras. **INCORRETA**. O significado do verbo **minar** compatível com o texto é “prejudicar ocultamente, insidiosamente; solapar”, conforme dicionários da língua portuguesa. O verbo **irromper**, por sua vez, significa “aparecer ou mostrar-se de repente; brotar, romper”.*

Texto 2A1-II

Desse antigo verão que me alterou a vida restam ligeiros traços apenas. (...)

Sem dúvida as árvores se despojaram e enegreceram, o açude estancou, as porteiras dos currais se abriram, inúteis. É sempre assim. Contudo, ignoro se as plantas murchas e negras foram vistas nessa época ou em secas posteriores, e guardo na memória um açude cheio, coberto de aves brancas e de flores. (...)

O meu verão é incompleto. O que me deixou foi a lembrança de importantes modificações nas pessoas. De ordinário pachorrentas, azucrinaram-se como tanajuras, zonzas. Findaram as longas conversas no alpendre, as visitas, os risos sonoros, os negócios lentos; surgiram rostos sombrios e rumores abafados. Enorme calor, nuvens de poeira. E no calor e na poeira, homens indo e vindo sem descanso, molhados de suor, aboiando monotonamente. (...)

Um dia faltou água em casa. Tive sede e recomendaram-me paciência. A carga de ancoretas chegaria logo. Tardou, a fonte era distante — e fiquei horas numa agonia, rondando o pote, com brasas na língua. (...) Chorei, embalei-me nas consolações, e os minutos foram pingando vagarosos. A boca enxuta, os beijos gretados, os olhos turvos, queimaduras interiores (...) E em redor os objetos se deformavam, trêmulos. Veio a imobilidade, veio o esquecimento. Não sei quanto durou o suplício. (...)

Espanto, e enorme, senti ao enxergar meu pai abatido na sala, o gesto lento. Habitara-me a vê-lo grave, silencioso, acumulando energia para gritos medonhos. Os gritos vulgares perdiam-se; os dele ocasionavam movimentos singulares: as pessoas atingidas baixavam a cabeça, humildes, ou corriam a executar ordens. Eu era ainda muito novo para compreender que a fazenda lhe pertencia. Notava diferenças entre os indivíduos que se sentavam nas redes e os que se acocoravam no alpendre. O gibão de meu pai tinha diversos enfeites; no de Amaro havia numerosos buracos e remendos. As nossas roupas grosseiras pareciam-me luxuosas comparadas à chita de sinhá Leopoldina, à camisa de José Baía, sura, de algodão cru. (...) Meu pai era terrivelmente poderoso, e essencialmente poderoso. Não me ocorria que o poder estivesse fora dele, de repente, o abandonasse, deixando-o fraco e normal, um gibão roto sobre a camisa curta.

Questão 28

Em relação à tipologia e às ideias do texto 2A1-II, assinale a opção correta.

- A O texto desenvolve-se no tipo narrativo, apresentando o relato sobre queimaduras nos lábios do personagem pelo contato com brasas.
- B O texto constitui uma narrativa centrada em mudanças provocadas pela seca, segundo a perspectiva do narrador-personagem.
- C O personagem descreve os movimentos erráticos das tanajuras a fim de ressaltar como esses insetos marcaram sua infância.
- D O personagem descreve seu pai como um homem pobre que costumava usar um gibão roto, com diversos enfeites, e camisa curta.
- E O personagem narra que guardou na memória os gritos medonhos de revolta do pai pela chegada da seca.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **_INCORRETA.** O texto refere-se à chegada da seca na região, reportando os efeitos sobre a paisagem e sobre o comportamento das pessoas. Entre os episódios narrados, consta a situação em que faltou água para beber, e o personagem que narra os acontecimentos sofre os efeitos da sede, sendo a sensação de ressecamento dos lábios comparada a um tipo de queimadura. A narrativa não reporta, portanto, queimaduras por brasas nos lábios do personagem.*/

||B|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **_CORRETA.** O texto refere-se à chegada da seca na região, reportando os efeitos sobre a paisagem e sobre o comportamento das pessoas.*/

||C|| - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **_INCORRETA.** As tanajuras são apresentadas em linguagem figurada, ao ser estabelecida comparação entre o comportamento atordoado e zonzos das pessoas, impactadas com a chegada da seca, e a forma como as tanajuras se movimentam. Portanto, é errado afirmar que os movimentos erráticos das tanajuras ressaltam como esses insetos marcaram sua infância, pois o objetivo é caracterizar o movimento das pessoas.*/

Questão 29

Em relação a aspectos linguísticos do trecho “Espanto, e enorme, senti ao enxergar meu pai abatido na sala, o gesto lento. Habitara-me a vê-lo grave, silencioso, acumulando energia para gritos medonhos”, do último parágrafo do texto 2A1-II, julgue os itens a seguir.

- I O adjetivo “enorme” qualifica o termo “Espanto”.
- II Os termos “grave” e “silencioso” funcionam como predicativos que se referem ao pai do narrador.
- III O tempo em que está flexionada a forma verbal “Habitara” projeta essa ação para o futuro.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5.5 Concordância verbal e nominal INCORRETA. Os itens I e II são certos.*/

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5.5 Concordância verbal e nominal INCORRETA. O item III é errado porque o verbo “Habituará” está flexionado no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.*/

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5.5 Concordância verbal e nominal CORRETA. Os itens I e II são certos. O item I é certo porque o termo “enorme” concorda com “Espanto”, que funciona como complemento de “senti”. O item II é certo porque os termos “grave” e “silencioso” são predicativos do objeto, que é realizado pela forma pronominal “lo”, a qual se vincula referencialmente ao termo “meu pai”.*/

||D|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5.5 Concordância verbal e nominal INCORRETA. O item III é errado porque o verbo “Habituará” está flexionado no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.*/

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5.5 Concordância verbal e nominal INCORRETA. Apenas os itens I e II estão certos.*/

Questão 30

A respeito de aspectos linguísticos do trecho “Notava diferenças entre os indivíduos que se sentavam nas redes e os que se acocoravam no alpendre. O gibão de meu pai tinha diversos enfeites; no de Amaro havia numerosos buracos e remendos. As nossas roupas grosseiras pareciam-me luxuosas comparadas à chita de sinhá Leopoldina, à camisa de José Baía, sura, de algodão cru. (...) Meu pai era terrivelmente poderoso, e essencialmente poderoso. Não me ocorria que o poder estivesse fora dele, de repente, o abandonasse, deixando-o fraco e normal, um gibão roto sobre a camisa curta”, do texto 2A1-II, assinale a opção correta.

- A O termo “os indivíduos” exerce a função de sujeito das formas verbais “sentavam” e “acocoravam”.
- B O pronome “me”, em “pareciam-me”, poderia ser suprimido, junto do hífen, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- C Em “no de Amaro”, está elíptico o vocábulo **pai** diante da preposição “no”.
- D O emprego do sinal indicativo de crase em “comparadas à chita de sinhá Leopoldina” deve-se ao fato de os termos da expressão “sinhá Leopoldina” serem femininos.
- E Em “o abandonasse”, a forma pronominal “o” retoma “o poder”.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. INCORRETA. A rigor, o sujeito das citadas formas verbais é o pronome relativo “que”, cujo referente é distinto nas orações em que ele se insere no referido trecho.*/

||B|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

5.1 Emprego das classes de palavras. CORRETA. O pronome “me” pode ser retirado, pois não é termo essencial do predicado. No texto, apenas identifica a referência do argumento que detém o ponto de vista (ou a opinião) com a primeira pessoa, mas a especificação dessa referência pode ser omitida, sem que se altere a correção gramatical do texto.*/

||C|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.

INCORRETA. Entende-se que no trecho está elíptica a palavra “gibão”.*/

||D|| - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. INCORRETA. No caso, o uso do acento indicativo de crase deve-se à contratação da preposição “a”, regida pelo vocábulo “comparadas”, com o artigo feminino definido que modifica o termo “chita”.*/

||E|| - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 5.1 Emprego das classes de palavras. INCORRETA. O pronome “o” vincula-se, referencialmente, ao termo “meu pai”, mediante relação anafórica com o pronome presente na contração “dele”, que se vincula ao termo “meu pai”.*/

Questão 31

Acerca das relações de concordância verbal estabelecidas no texto 2A1-II, julgue os itens seguintes.

- I No primeiro período do texto, a forma verbal “alterou” concorda com “vida”.
- II No quarto período do terceiro parágrafo, a forma verbal “Findaram” concorda com os termos “conversas”, “visitas”, “risos” e “negócios”, os quais constituem núcleos do sujeito composto da oração.
- III No primeiro período do quarto parágrafo, a forma verbal “faltou” concorda com “água”.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 5.5 Concordância verbal INCORRETA. Os itens II e III estão certos.*/

||B|| - 5.5 Concordância verbal INCORRETA. O item I está errado, porque o verbo “alterou” concorda com “verão” (ou seja, o antigo verão alterou a vida do narrador).*/

||C|| - 5.5 Concordância verbal INCORRETA. Além do item II, o item III também está certo.*/

||D|| - 5.5 Concordância verbal INCORRETA. O item I está errado, porque o verbo “alterou” concorda com “verão” (ou seja, o antigo verão alterou a vida do narrador).*/

||E|| - 5.5 Concordância verbal CORRETA. O item II está certo, porque o sujeito da oração em questão é todo o segmento “as longas conversas no alpendre, as visitas, os risos sonoros, os negócios lentos”. Como a concordância verbal se dá entre o verbo e o(s) núcleo(s) do sujeito, no caso, o verbo “Findaram” concorda com os citados termos. O item III está certo, porque o sujeito da oração em questão é “água”; o verbo **faltar** é intransitivo no caso.*/

Questão 32

A respeito do uso dos pronomes de tratamento em expedientes oficiais, assinale a opção correta de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- Ⓐ Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da terceira pessoa — por exemplo, Vossa Senhoria designará seu substituto.
- Ⓑ Independentemente do sexo do interlocutor, qualquer adjetivo empregado em referência ao pronome de tratamento deve ser mantido no gênero do substantivo que compõe a locução pronominal — por exemplo, Vossa Senhoria está convidada.
- Ⓒ As formas Vossa Excelência e Vossa Senhoria são as indicadas para a composição do endereçamento de comunicação oficial, conforme a autoridade a que esta se dirija.
- Ⓓ Não se admitem abreviaturas para as formas de tratamento Vossa Excelência e Vossa Senhoria.
- Ⓔ Para se dirigir, no corpo do texto da comunicação oficial, diretamente ao destinatário, deve-se empregar o pronome de terceira pessoa, em vez do de segunda pessoa, na forma de tratamento — por exemplo, Sua Excelência deverá comparecer a este departamento de polícia.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. **CORRETA**. É o que determina o Manual de Redação da Presidência da República (p. 24).*/

||B|| - 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. **INCORRETA**. Quanto aos adjetivos referidos aos pronomes de tratamento, o Manual de Redação da Presidência da República determina que “o gênero gramatical deve coincidir com o sexo da pessoa a que se refere, e não com o substantivo que compõe a locução. Exemplos: Se o interlocutor for homem, o correto é: Vossa Excelência está atarefado. Se o interlocutor for mulher: Vossa Excelência está atarefada.” (p. 25).*/

||C|| - 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. **INCORRETA**. As formas pronominais Vossa Excelência e Vossa Senhoria devem ser empregadas no corpo do texto, para se comunicar diretamente com o receptor da comunicação oficial, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (p. 24).*/

||D|| - 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. **INCORRETA**. O Manual de Redação da Presidência da República, nas páginas 23 e 24, admite as abreviaturas V. Exa. e V. Sa. para Vossa Excelência e Vossa Senhoria, respectivamente. A abreviatura V. Exa. só não é admitida nas comunicações dirigidas ao presidente da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao presidente do STF.*/

||E|| - 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. **INCORRETA**. O pronome Sua Excelência é utilizado para se fazer referência indireta a alguma autoridade, conforme o Manual de Redação da Presidência da República (p. 25).*/

Questão 33

Assinale a opção que corresponde ao tipo de transição ou animação que é nativamente suportada pelo PowerPoint.

- Ⓐ efeito de holograma 3D na transição de *slides*
- Ⓑ animações que respondem ao som da voz de um apresentador
- Ⓒ efeitos de transição sincronizados com música de fundo
- Ⓓ transições automáticas de *slides* baseadas no tempo de leitura
- Ⓔ animação personalizada para sequenciar a entrada de elementos

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1.6 Software de apresentação do PowerPoint: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint; criação de apresentações e inserção de slides; os elementos da tela e modos de visualização; objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados; integração com Word e Excel. **INCORRETA**. O PowerPoint não oferece efeitos de holograma 3D para transições de *slides*.*/

||B|| - 1.6 Software de apresentação do PowerPoint: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint; criação de apresentações e inserção de slides; os elementos da tela e modos de visualização; objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados; integração com Word e Excel. **INCORRETA**. Não existe uma funcionalidade que permita animações que respondam diretamente ao som da voz do apresentador.*/

||C|| - 1.6 Software de apresentação do PowerPoint: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint; criação de apresentações e inserção de slides; os elementos da tela e modos de visualização; objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados; integração com Word e Excel. **INCORRETA**. O PowerPoint permite adicionar música de fundo, mas não há uma opção para sincronizar efeitos de transição diretamente com a música.*/

||D|| - 1.6 Software de apresentação do PowerPoint: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint; criação de apresentações e inserção de slides; os elementos da tela e modos de visualização; objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados; integração com Word e Excel. **INCORRETA**. As transições automáticas podem ser configuradas com base em um tempo definido, mas não se ajustam automaticamente ao tempo de leitura.*/

||E|| - 1.6 Software de apresentação do PowerPoint: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint; criação de apresentações e inserção de slides; os elementos da tela e modos de visualização; objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados; integração com Word e Excel. **CORRETA**. O PowerPoint suporta criar animações personalizadas capazes de permitir que os usuários definam a ordem e o momento em que cada elemento aparece em um *slide*.*/

Questão 34

Antivírus são capazes de detectar, prevenir e até mesmo remover *malwares*, garantindo proteção contra códigos maliciosos. Para manter o bom funcionamento de um *software* de antivírus em um contexto de surgimento de novos *malwares*, recomenda-se

- Ⓐ acompanhar o *site* do fabricante do *software*, onde serão fornecidas informações acerca de novos *malwares*.
- Ⓑ desativar a opção de busca por *malwares* em tempo real.
- Ⓒ manter atualização contínua da solução do *software* de antivírus.
- Ⓓ substituir a solução de antivírus por uma solução de *firewall* pessoal.
- Ⓔ configurar manualmente a verificação de cada novo arquivo no computador.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 2 Redes de Computadores (... Conceitos de Segurança: procedimentos e segurança de acessos, programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia ...) _INCORRETA. A eficácia do antivírus depende de atualizações regulares para combater novos *malwares*. Somente acompanhar o *site* do fabricante para obter informação acerca de novos *malwares* não é uma ação para manter o bom funcionamento.*/

||B|| - 2 Redes de Computadores (... Conceitos de Segurança: procedimentos e segurança de acessos, programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia ...) _INCORRETA. Desativar a opção de busca por *malwares* em tempo real tornaria o computador ainda mais suscetível a *malwares*.*/

||C|| - 2 Redes de Computadores (... Conceitos de Segurança: procedimentos e segurança de acessos, programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia ...) _CORRETA. As atualizações contínuas garantem que o antivírus possa identificar e neutralizar as ameaças mais recentes.*/

||D|| - 2 Redes de Computadores (... Conceitos de Segurança: procedimentos e segurança de acessos, programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia ...) _INCORRETA. *Firewalls* pessoais são complementares aos antivírus, focando mais na monitoração do tráfego de rede do que na detecção de *malwares*.*/

||E|| - 2 Redes de Computadores (... Conceitos de Segurança: procedimentos e segurança de acessos, programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia ...) _INCORRETA. Muitos antivírus oferecem configurações automáticas para verificações regulares de arquivos.*/

Questão 35

Assinale a opção que corresponde a uma prática recomendada em relação a *backups*.

- Ⓐ fazer *backup* apenas dos dados mais recentes
- Ⓑ usar um único método de *backup*
- Ⓒ armazenar todas as cópias de *backup* no mesmo local
- Ⓓ ter múltiplas cópias de *backup* em locais diferentes
- Ⓔ fazer *backups* uma vez por ano para economizar espaço

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 2 Redes de Computadores (... Procedimentos de Backup ...) _INCORRETA. É importante fazer *backup* de todos os dados relevantes, e não apenas dos mais recentes.*/

||B|| - 2 Redes de Computadores (... Procedimentos de Backup ...) _INCORRETA. Diversificar os métodos de *backup* aumenta a segurança dos dados.*/

||C|| - 2 Redes de Computadores (... Procedimentos de Backup ...) _INCORRETA. Armazenar todas as cópias no mesmo local não protege os dados contra desastres físicos.*/

||D|| - 2 Redes de Computadores (... Procedimentos de Backup ...) _CORRETA. Ter múltiplas cópias em locais diferentes protege os dados contra várias formas de perda.*/

||E|| - 2 Redes de Computadores (... Procedimentos de Backup ...) _INCORRETA. *Backups* devem ser feitos regularmente, para garantir a segurança dos dados.*/

Questão 36

Assinale a opção em que está apresentada corretamente uma característica nativa da pesquisa no Windows Explorer.

- Ⓐ busca de arquivos com base em conteúdos similares ou relacionados
- Ⓑ indexação automática do conteúdo de arquivo para pesquisas futuras
- Ⓒ pesquisa automática de arquivos relacionados na Internet
- Ⓓ pesquisa avançada por meio do emprego de expressões regulares
- Ⓔ busca de arquivos por meio de comandos de voz

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Sistema Operacional Windows: fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho. 1.3 Windows Explorer _INCORRETA. O Windows Explorer não tem capacidade de encontrar arquivos com base no conteúdo similar ou relacionado, sendo necessárias, para tanto, palavras-chave exatas.*/

||B|| - 1 Sistema Operacional Windows: fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho. 1.3 Windows Explorer _CORRETA. O Windows Explorer utiliza a indexação para permitir pesquisas rápidas de arquivos, indexando o conteúdo de arquivos para pesquisas futuras.*/

||C|| - 1 Sistema Operacional Windows: fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho. 1.3 Windows Explorer _INCORRETA. O Windows Explorer não realiza pesquisas automáticas de arquivos na Internet.*/

||D|| - 1 Sistema Operacional Windows: fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho. 1.3 Windows Explorer _INCORRETA. O Windows Explorer não suporta de forma nativa pesquisa avançada com base em expressões regulares.*/

||E|| - 1 Sistema Operacional Windows: fundamentos do Windows: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho. 1.3 Windows Explorer _INCORRETA. O Windows Explorer não suporta pesquisa de arquivos por meio de comandos de voz.*/

Questão 37

É um recurso nativo da configuração de página no Word

- Ⓐ o ajuste automático da rede de dados.
- Ⓑ a sincronização com o calendário do usuário.
- Ⓒ a definição da orientação da página.
- Ⓓ a conexão direta com serviços de mensagens instantâneas.
- Ⓔ a tradução simultânea de páginas para línguas de sinais.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1.4 Processador de Textos Word: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Word.

1.4.6 Configuração de Página. _INCORRETA. O Word não ajusta automaticamente redes de dados.*/

||B|| - 1.4 Processador de Textos Word: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Word. _INCORRETA. O Word não faz sincronização diretamente com calendários.*/

||C|| - 1.4.6 Configuração de Página. _CORRETA. A configuração de página no Word permite definir a orientação da página (retrato ou paisagem).*/

||D|| - 1.4 Processador de Textos Word: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Word. _INCORRETA. O Word não tem funcionalidade para conectar-se a serviços de mensagens instantâneas.*/

||E|| - 1.4.6 Configuração de Página. _INCORRETA. O Word não possui recurso de tradução simultânea de páginas para línguas de sinais.*/

Questão 38

É uma funcionalidade nativa de formatação disponível no Excel

- Ⓐ a criptografia de dados na célula.
- Ⓑ o alinhamento horizontal do texto.
- Ⓒ a tradução automática do conteúdo da célula.
- Ⓓ a conexão direta da célula com *feeds* de notícias.
- Ⓔ a geração automática de código QR a partir de dados da célula.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1.5 Planilha Eletrônica Excel: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Excel; deslocamento do cursor na planilha, seleção de células, linhas e colunas.

1.5.3 Formatação de planilhas: número, alinhamento, borda, fonte, padrões. **INCORRETA.** O Excel não oferece criptografia de dados diretamente na célula.*/

||B|| - 1.5 Planilha Eletrônica Excel: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Excel; deslocamento do cursor na planilha, seleção de células, linhas e colunas. **CORRETA.** O alinhamento horizontal do texto é uma das funcionalidades básicas de formatação no Excel.*/

||C|| - 1.5.3 Formatação de planilhas: número, alinhamento, borda, fonte, padrões. **INCORRETA.** O Excel não traduz automaticamente o conteúdo da célula de forma nativa.*/

||D|| - 1.5 Planilha Eletrônica Excel: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Excel; deslocamento do cursor na planilha, seleção de células, linhas e colunas. **INCORRETA.** O Excel não tem a capacidade de conectar células diretamente a *feeds* de notícias.*/

||E|| - 1.5.3 Formatação de planilhas: número, alinhamento, borda, fonte, padrões. **INCORRETA.** O Excel não gera códigos QR automaticamente a partir de dados da célula.*/

Questão 39

Ao voltar de férias, um escrivão esqueceu-se de um dos caracteres de sua senha do computador do trabalho. Apesar de não se recordar do caractere exato, ele se lembrava de que era uma letra e que podia ser ou não maiúscula.

Nesse caso hipotético, considerando-se que o sistema faça a distinção entre caracteres maiúsculos e minúsculos, a probabilidade de o escrivão acertar o caractere de sua senha em até quatro tentativas é de

- Ⓐ $\frac{1}{13^4}$.
- Ⓑ $\frac{1}{52}$.
- Ⓒ $\frac{1}{26}$.
- Ⓓ $\frac{1}{13}$.
- Ⓔ $\frac{2}{13}$.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato considere a propriedade multiplicativa em vez da aditiva.*/

||B|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato considere apenas a probabilidade de o escrivão acertar o caractere em uma única tentativa e com base em dígitos diferentes.*/

||C|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato considere apenas a probabilidade o escrivão acertar o caractere em uma única tentativa e sem considerar os dígitos diferentes.*/

||D|| - **CORRETA.** A probabilidade é calculada como a união das possibilidades de o escrivão acertar o caractere na 1.^a, na 2.^a, na 3.^a ou na 4.^a tentativa. Na primeira tentativa, a probabilidade é $P_1 = \frac{1}{52}$; a segunda tentativa tem probabilidade $P_2 = \frac{51}{52} \times \frac{1}{51} = \frac{1}{52}$; a terceira tentativa tem probabilidade $P_3 = \frac{51}{52} \times \frac{50}{51} \times \frac{1}{50} = \frac{1}{52}$; e, finalmente, na quarta tentativa, a probabilidade é $P_4 = \frac{51}{52} \times \frac{50}{51} \times \frac{49}{50} \times \frac{1}{49} = \frac{1}{52}$. Portanto, a probabilidade é dada por $P = P_1 + P_2 + P_3 + P_4 = \frac{4}{52} = \frac{1}{13}$.*/

||E|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato considere que a quantidade de dígitos é 26.*/

Questão 40

A polícia civil iniciará a emissão de um novo documento para a população, começando com 50 emissões no mês de janeiro de 2025. A cada mês subsequente, a quantidade emitida será o triplo da quantidade do mês anterior.

Nessa situação hipotética, ao final do mês de julho de 2025, a polícia civil terá emitido, ao todo,

- Ⓐ 18.200 documentos.
- Ⓑ 36.450 documentos.
- Ⓒ 54.650 documentos.
- Ⓓ 109.350 documentos.
- Ⓔ 164.000 documentos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato calcule $50 \cdot \frac{3^6 - 1}{3 - 1}$.*/

||B|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato calcule $3^6 \cdot 50$.*/

||C|| - **CORRETA.** A quantidade total de documentos corresponde à soma de uma progressão geométrica, isto é, a quantidade é

$$S = 50 + 3 \cdot 50 + 3^2 \cdot 50 + \dots + 3^6 \cdot 50 = 50 \cdot \frac{3^7 - 1}{3 - 1} = 50 \times 1093 = 54650.*/$$

||D|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato calcule $3^7 \cdot 50$.*/

||E|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato calcule $50 \cdot \frac{3^8 - 1}{3 - 1}$.*/

Questão 41

Se, em uma delegacia, 6 servidores de plantão atendem 28 pessoas em 8 horas, então, para que 42 pessoas sejam atendidas em 6 horas durante um plantão nessa delegacia, a quantidade de servidores disponíveis deverá ser igual a

- Ⓐ 7.
- Ⓑ 8.
- Ⓒ 10.
- Ⓓ 12.
- Ⓔ 14.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato entenda que o número deve ser múltiplo de 7.*/

||B|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato interprete errado o problema.*/

||C|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato interprete errado o problema.*/

||D|| - **CORRETA.** Trata-se de um problema de regra de três composta em que a quantidade de servidores x que atende as condições dadas é calculada como

$$\frac{x}{6} = \frac{42}{28} \cdot \frac{8}{6} \Rightarrow x = 12.*/$$

||E|| - **INCORRETA.** Esse será o resultado caso o candidato entenda que o número deve ser múltiplo de 7.*/

Questão 42

Em uma investigação criminal, um perito verificou, quando da sua chegada, às 12 h 30 min, que a temperatura de um corpo era de 32 °C. Uma hora depois, ao repetir a medição, verificou que a temperatura desse mesmo corpo era de 30 °C.

A partir dessa situação hipotética, e considerando que a temperatura ambiente era de 22 °C e que a função que modela a variação da temperatura corporal $T(t)$ em função do tempo t , em horas, seja dada na forma mostrada a seguir, em que T_A é a temperatura ambiente, T_I , a temperatura inicial medida pelo perito, e k , uma constante positiva, assinale a opção que corresponde ao horário em que a temperatura do corpo em questão era de 34,5 °C.

$$T(t) = T_A + (T_I - T_A) \left(\frac{4}{5}\right)^{kt}$$

- Ⓐ 11 h 15 min
- Ⓑ 11 h 30 min
- Ⓒ 11 h 45 min
- Ⓓ 12 h 00 min
- Ⓔ 12 h 15 min

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - INCORRETA. Esse horário pressupõe uma interpretação errada do resultado.*

||B|| - CORRETA. No problema dado, a função da temperatura é escrita na forma

$$T(t) = 22 + (32 - 22) \left(\frac{4}{5}\right)^{kt}$$

Logo, para $t = 1$, tem-se que

$$30 = T(1) = 22 + 10 \left(\frac{4}{5}\right)^k \Rightarrow \frac{8}{10} = \left(\frac{4}{5}\right)^k \Rightarrow k = 1.$$

Para saber a hora em que $T(t) = 34,5$, basta calcular

$$34,5 = 22 + 10 \left(\frac{4}{5}\right)^t \Rightarrow 1,25 = \left(\frac{4}{5}\right)^t \Rightarrow 1,25 = (1,25)^{-t} \Rightarrow t = -1.$$

Portanto, o corpo estava na temperatura de 34,5 °C às 11 h 30 min.*

||C|| - INCORRETA. Esse horário pressupõe uma interpretação errada do resultado.*

||D|| - INCORRETA. Esse horário pressupõe uma interpretação errada do resultado.*

||E|| - CORRETA. Esse horário pressupõe uma interpretação errada do resultado.*

Questão 43

Em uma delegacia, 20 tarefas iguais devem ser distribuídas entre os escrivães x_1 , x_2 , x_3 e x_4 , de forma que x_1 receba pelo menos duas tarefas, x_2 receba pelo menos três tarefas, x_3 receba pelo menos quatro tarefas e, finalmente, x_4 receba pelo menos cinco tarefas.

Assinale a opção que apresenta a quantidade de maneiras em que as tarefas podem ser distribuídas entre os escrivães nessa situação hipotética.

- Ⓐ 84
- Ⓑ 120
- Ⓒ 210
- Ⓓ 1.711
- Ⓔ 4.845

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - CORRETA. A quantidade de maneiras de distribuir 20 objetos iguais entre as pessoas corresponde ao número de soluções inteiras positivas da equação $x_1 + x_2 + x_3 + x_4 = 20$, com $x_1 > 1$, $x_2 > 2$, $x_3 > 3$ e $x_4 > 4$. Fazendo-se $c_1 = x_1 - 1$, $c_2 = x_2 - 2$, $c_3 = x_3 - 3$ e $c_4 = x_4 - 4$, o problema é reescrito como a busca das soluções inteiras positivas da equação $c_1 + c_2 + c_3 + c_4 = 10$, que é um problema de combinação completa e tem $C_{10-1,4-1} = C_{9,3} = \frac{9 \cdot 8 \cdot 7}{3 \cdot 2 \cdot 1} = 84$ possíveis soluções.*

||B|| - INCORRETA. Erro baseado no cálculo $5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2$.*

||C|| - INCORRETA. Erro baseado no cálculo $C_{10,4}$.*

||D|| - INCORRETA. Erro baseado no cálculo $C_{20+4-1,4-1}$.*

||E|| - INCORRETA. Erro baseado no cálculo $C_{20,4}$.*

Texto 2A4-I

Em uma caixa de munições de calibre 38, há 5 tipos de cartuchos com comprimentos distintos. Certo policial contabilizou: 14 munições do tipo Super Comp, de comprimento igual a 32,5 mm; 12 munições do tipo S&W, de comprimento igual a 30,5 mm; 8 munições do tipo Revolver Short, de comprimento igual a 27,9 mm; 10 munições do tipo Revolver Long, de comprimento igual a 35,6 mm; e 6 munições do tipo Winchester, de comprimento igual a 40,4 mm.

Questão 44

Na situação descrita no texto 2A4-I, a mediana do comprimento corresponde ao comprimento de uma munição do tipo

- Ⓐ Super Comp.
- Ⓑ S&W.
- Ⓒ Revolver Short.
- Ⓓ Revolver Long.
- Ⓔ Winchester.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _CORRETA. A mediana para uma população com n elementos dispostos em ordem será o valor da posição $n/2$, no caso de n ser ímpar, ou $(n+n+1)/2$, no caso de n ser par. Como essa população possui 50 elementos, a mediana será a média entre o 25.º e o 26.º elementos. Assim, colocando-se os valores do comprimento dos cartuchos em ordem, os valores da 25.ª e da 26.ª posição será de 32,5 mm, ou seja, serão do cartucho do tipo Super Comp.*

||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. A mediana para uma população com n elementos dispostos em ordem será o valor da posição $n/2$, no caso de n ser ímpar, ou $(n+n+1)/2$, no caso de n ser par. Como essa população possui 50 elementos, a mediana será a média entre o 25.º e o 26.º elementos. Assim, colocando-se os valores do comprimento dos cartuchos em ordem, os valores da 25.ª e da 26.ª posição será de 32,5 mm, ou seja, serão do cartucho do tipo Super Comp.*

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). _INCORRETA. A mediana para uma população com n elementos dispostos em ordem será o valor da posição $n/2$, no caso de n ser ímpar, ou $(n+n+1)/2$, no caso de n ser par. Como essa população possui 50 elementos, a mediana será a média entre o 25.º e o 26.º elementos. Assim, colocando-se os valores do comprimento dos cartuchos em ordem, os valores da 25.ª e da 26.ª posição será de 32,5 mm, ou seja, serão do cartucho do tipo Super Comp.*

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. A mediana para uma população com n elementos dispostos em ordem será o valor da posição $n/2$, no caso de n ser ímpar, ou $(n+n+1)/2$, no caso de n ser par. Como essa população possui 50 elementos, a mediana será a média entre o 25.º e o 26.º elementos. Assim, colocando-se os valores do comprimento dos cartuchos em ordem, os valores da 25.ª e da 26.ª posição será de 32,5 mm, ou seja, serão do cartucho do tipo Super Comp.*/

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). INCORRETA. A mediana para uma população com n elementos dispostos em ordem será o valor da posição $n/2$, no caso de n ser ímpar, ou $(n+n+1)/2$, no caso de n ser par. Como essa população possui 50 elementos, a mediana será a média entre o 25.º e o 26.º elementos. Assim, colocando-se os valores do comprimento dos cartuchos em ordem, os valores da 25.ª e da 26.ª posição será de 32,5 mm, ou seja, serão do cartucho do tipo Super Comp.*/

Questão 45

Caso, durante um treinamento de tiro, um policial retire da caixa de munições descrita no texto 2A4-I, aleatoriamente e sem reposição, duas munições, a probabilidade de que essas duas munições sejam do tipo Winchester é igual a

- A 6/50.
- B 3/245.
- C 28/1.225.
- D 45/1.225.
- E 66/1.225.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Probabilidade; 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. A probabilidade de um evento será calculada por $P(E) = (\text{casos favoráveis})/(\text{casos possíveis})$. Assim, como a caixa contém 50 munições, a probabilidade de a primeira munição ser do tipo Winchester será de $P(W_1) = 6/50$. Como não há reposição, para a segunda ser do mesmo tipo, a probabilidade será de $P(W_2) = 5/49$. Logo, para que ambas sejam do tipo Winchester, a probabilidade será de $P(W_1 \text{ e } W_2) = (6 \times 5)/(50 \times 49) = 3/245$.*/

||B|| - 2 Probabilidade; 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. A probabilidade de um evento será calculada por $P(E) = (\text{casos favoráveis})/(\text{casos possíveis})$. Assim, como a caixa contém 50 munições, a probabilidade de a primeira munição ser do tipo Winchester será de $P(W_1) = 6/50$. Como não há reposição, para a segunda ser do mesmo tipo, a probabilidade será de $P(W_2) = 5/49$. Logo, para que ambas sejam do tipo Winchester, a probabilidade será de $P(W_1 \text{ e } W_2) = (6 \times 5)/(50 \times 49) = 3/245$.*/

||C|| - 2 Probabilidade; 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. A probabilidade de um evento será calculada por $P(E) = (\text{casos favoráveis})/(\text{casos possíveis})$. Assim, como a caixa contém 50 munições, a probabilidade de a primeira munição ser do tipo Winchester será de $P(W_1) = 6/50$. Como não há reposição, para a segunda ser do mesmo tipo, a probabilidade será de $P(W_2) = 5/49$. Logo, para que ambas sejam do tipo Winchester, a probabilidade será de $P(W_1 \text{ e } W_2) = (6 \times 5)/(50 \times 49) = 3/245$.*/

||D|| - 2 Probabilidade; 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. A probabilidade de um evento será calculada por $P(E) = (\text{casos favoráveis})/(\text{casos possíveis})$. Assim, como a caixa contém 50 munições, a probabilidade de a primeira munição ser do tipo Winchester será de $P(W_1) = 6/50$. Como não há reposição, para a segunda ser do mesmo tipo, a probabilidade será de $P(W_2) = 5/49$. Logo, para que ambas sejam do tipo Winchester, a probabilidade será de $P(W_1 \text{ e } W_2) = (6 \times 5)/(50 \times 49) = 3/245$.*/

||E|| - 2 Probabilidade; 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. A probabilidade de um evento será calculada por $P(E) = (\text{casos favoráveis})/(\text{casos possíveis})$. Assim, como a caixa contém 50 munições, a probabilidade de a primeira munição ser do tipo Winchester será de $P(W_1) = 6/50$. Como não há reposição, para a segunda ser do mesmo tipo, a probabilidade será de $P(W_2) = 5/49$. Logo, para que ambas sejam do tipo Winchester, a probabilidade será de $P(W_1 \text{ e } W_2) = (6 \times 5)/(50 \times 49) = 3/245$.*/

Questão 46

Na situação descrita no texto 2A4-I, se uma munição for retirada da caixa, a probabilidade de essa munição ser do tipo S&W, sabendo-se que o comprimento do cartucho possui medida superior a 30 mm e inferior a 40 mm, será igual a

- A 1/3.
- B 6/25.
- C 13/25.
- D 18/25.
- E 21/25.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2.2 Probabilidade condicional e independência CORRETA. Na probabilidade condicional, o espaço amostral se reduz à condição. Assim, o espaço amostral se reduzirá ao quantitativo de munição com comprimento entre 30 mm e 40 mm, ou seja, ao total de 36 munições. Portanto, a probabilidade de ser retirada uma munição do tipo S&W será de $P = 12/36 = 1/3$.*/

||B|| - 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. Na probabilidade condicional, o espaço amostral se reduz à condição. Assim, o espaço amostral se reduzirá ao quantitativo de munição com comprimento entre 30 mm e 40 mm, ou seja, ao total de 36 munições. Portanto, a probabilidade de ser retirada uma munição do tipo S&W será de $P = 12/36 = 1/3$.*/

||C|| - 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. Na probabilidade condicional, o espaço amostral se reduz à condição. Assim, o espaço amostral se reduzirá ao quantitativo de munição com comprimento entre 30 mm e 40 mm, ou seja, ao total de 36 munições. Portanto, a probabilidade de ser retirada uma munição do tipo S&W será de $P = 12/36 = 1/3$.*/

||D|| - 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. Na probabilidade condicional, o espaço amostral se reduz à condição. Assim, o espaço amostral se reduzirá ao quantitativo de munição com comprimento entre 30 mm e 40 mm, ou seja, ao total de 36 munições. Portanto, a probabilidade de ser retirada uma munição do tipo S&W será de $P = 12/36 = 1/3$.*/

||E|| - 2.2 Probabilidade condicional e independência INCORRETA. Na probabilidade condicional, o espaço amostral se reduz à condição. Assim, o espaço amostral se reduzirá ao quantitativo de munição com comprimento entre 30 mm e 40 mm, ou seja, ao total de 36 munições. Portanto, a probabilidade de ser retirada uma munição do tipo S&W será de $P = 12/36 = 1/3$.*/

Questão 47

Considerando um formulário com as variáveis nome, altura, idade, CPF e peso, julgue os itens a seguir.

- I Nesse formulário, há quatro variáveis quantitativas e uma variável qualitativa.
 II A altura e o peso são exemplos de variáveis quantitativas contínuas.
 III Idade é um exemplo de variável qualitativa ordinal.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
 B Apenas o item II está certo.
 C Apenas o item III está certo.
 D Apenas os itens I e II estão certos.
 E Apenas os itens I e III estão certos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** As variáveis se distinguem como quantitativas (contínuas ou discretas) e qualitativas (nominais e ordinais). As variáveis quantitativas contínuas são aquelas representadas por números reais, pois a unidade é passível de fracionamento. Das variáveis apresentadas, somente altura e peso podem ser representadas com decimais. A variável idade somente pode ser representada por números inteiros, sendo, então, uma variável quantitativa discreta. Portanto, o item II está certo.*

||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_CORRETA.** As variáveis se distinguem como quantitativas (contínuas ou discretas) e qualitativas (nominais e ordinais). As variáveis quantitativas contínuas são aquelas representadas por números reais, pois a unidade é passível de fracionamento. Das variáveis apresentadas, somente altura e peso podem ser representadas com decimais. A variável idade somente pode ser representada por números inteiros, sendo, então, uma variável quantitativa discreta. Portanto, o item II está certo.*

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** A variável idade é um exemplo de variável quantitativa discreta. Portanto, o item III está errado.*

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** A variável nome é qualitativa nominal, tal como a variável CPF, que, embora seja representada por algarismos, estes formam um código. Portanto, o item I está errado.*

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** A variável idade é um exemplo de variável quantitativa discreta. Portanto, o item III está errado.*

Texto 2A4-II

Os números de homicídios, de 2011 a 2021, de determinado país estão representados na tabela a seguir.

ano	número de homicídios por 100 mil habitantes
2011	3.471
2012	3.327
2013	3.124
2014	3.358
2015	3.847
2016	4.447
2017	5.419
2018	4.190
2019	3.474
2020	3.786
2021	3.439

Questão 48

Com base nos dados apresentados no texto 2A4-II, julgue os itens a seguir.

- I De 2020 a 2021, o número de homicídios diminuiu em aproximadamente 9,2%.
 II No período de 2011 a 2021, o país apresentou uma média de homicídios por ano superior a 3.900.
 III Se uma nova sequência de valores for criada, em que a primeira posição corresponda à média entre os anos 2011 e 2015, a segunda corresponda à média entre os anos 2012 e 2016, e assim por diante, o valor máximo dessa nova sequência será a média entre os anos 2015 e 2019.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
 B Apenas o item III está certo.
 C Apenas os itens I e II estão certos.
 D Apenas os itens I e III estão certos.
 E Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** O item II está errado, pois a média de homicídios no período de 2011 a 2021 será $\mu = 41.882/11$, o que resulta no valor aproximado de 3.807 por ano.*

||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** Além do item III, o item I também está certo, pois a variação entre o número de homicídios de 2021 e 2020 será de aproximadamente $(3.439 - 3.786)/3.786 = -9,2\%$.*

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). **_INCORRETA.** O item II está errado, pois a média de homicídios no período de 2011 a 2021 será $\mu = 41.882/11$, o que resulta no valor aproximado de 3.807 por ano.*

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._CORRETA. O item I está certo, pois a variação entre o número de homicídios de 2021 e 2020 será de aproximadamente $(3.439 - 3.786)/3.786 = -9,2\%$. O item II está errado, pois a média de homicídios no período de 2011 a 2021 será $\mu = 41.882/11$, o que resulta no valor aproximado de 3.807 por ano. O item III está certo, pois, calculando-se as médias por período de 5 anos, começando-se em 2011, encontram-se os valores $\mu(2011 \text{ a } 15) = 3.425,4$; $\mu(2012 \text{ a } 2016) = 3.620,6$; $\mu(2013 \text{ a } 2017) = 4.039,0$; $\mu(2014 \text{ a } 2018) = 4.252,2$; $\mu(2015 \text{ a } 2019) = 4.275,4$; $\mu(2016 \text{ a } 2020) = 4.263,2$; $\mu(2017 \text{ a } 2021) = 4.061,6$, o que comprova que a média mais elevada é a apresentada no período de 2015 a 2019. Portanto, a opção está correta.*

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._INCORRETA. O item II está errado, pois a média de homicídios no período de 2011 a 2021 será $\mu = 41.882/11$, o que resulta no valor aproximado de 3.807 por ano.*

Questão 49

De acordo com o texto 2A4-II, é correto afirmar que o coeficiente de variação do quantitativo de homicídios no período de 2011 a 2021 é um valor entre

- Ⓐ 14% e 15%.
- Ⓑ 15% e 16%.
- Ⓒ 16% e 17%.
- Ⓓ 17% e 18%.
- Ⓔ 18% e 19%.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._INCORRETA. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média da população. Assim, $k_v = 633,5019/3807,455 = 16,63\%$.*

||B|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._INCORRETA. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média da população. Assim, $k_v = 633,5019/3807,455 = 16,63\%$.*

||C|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._CORRETA. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média da população. Assim, $k_v = 633,5019/3807,455 = 16,63\%$.*

||D|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._INCORRETA. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média da população. Assim, $k_v = 633,5019/3807,455 = 16,63\%$.*

||E|| - 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)._INCORRETA. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média da população. Assim, $k_v = 633,5019/3807,455 = 16,63\%$.*

Questão 50

Conforme o último censo demográfico realizado, a população da cidade de Petrolina é composta de 686.791 habitantes, dos quais 35.777 têm idade entre 20 e 24 anos. Uma pesquisa direcionada para esse recorte da população deseja estimar a porcentagem daqueles que avaliam positivamente a segurança pública na cidade.

Nesse caso hipotético, o tamanho aproximado da amostra aleatória simples que garantirá um erro amostral não superior a 5% deverá ser igual a

- Ⓐ 258 habitantes.
- Ⓑ 293 habitantes.
- Ⓒ 329 habitantes.
- Ⓓ 396 habitantes.
- Ⓔ 415 habitantes.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3.1 Tamanho amostral

INCORRETA. Considerando-se n como o tamanho da amostra, N como o tamanho da população, n_0 a primeira aproximação do tamanho da amostra, tem-se $n_0 = 1/E^2$, em que E é o erro amostral tolerável, que nesse caso é igual a 5%. Logo, $n_0 = 1/0,05^2 = 400$. Calcula-se, então, n pela equação $n = (N \times n_0)/(N + n_0)$. Substituindo-se os valores, tem-se $n = (35.777 \times 400)/(35.777 + 400) = 396$. Portanto, $n = 396$ habitantes.*

||B|| - 3.1 Tamanho amostral

INCORRETA. Considerando-se n como o tamanho da amostra, N como o tamanho da população, n_0 a primeira aproximação do tamanho da amostra, tem-se $n_0 = 1/E^2$, em que E é o erro amostral tolerável, que nesse caso é igual a 5%. Logo, $n_0 = 1/0,05^2 = 400$. Calcula-se, então, n pela equação $n = (N \times n_0)/(N + n_0)$. Substituindo-se os valores, tem-se $n = (35.777 \times 400)/(35.777 + 400) = 396$. Portanto, $n = 396$ habitantes.*

||C|| - 3.1 Tamanho amostral

INCORRETA. Considerando-se n como o tamanho da amostra, N como o tamanho da população, n_0 a primeira aproximação do tamanho da amostra, tem-se $n_0 = 1/E^2$, em que E é o erro amostral tolerável, que nesse caso é igual a 5%. Logo, $n_0 = 1/0,05^2 = 400$. Calcula-se, então, n pela equação $n = (N \times n_0)/(N + n_0)$. Substituindo-se os valores, tem-se $n = (35.777 \times 400)/(35.777 + 400) = 396$. Portanto, $n = 396$ habitantes.*

||D|| - 3.1 Tamanho amostral

CORRETA. Considerando-se n como o tamanho da amostra, N como o tamanho da população, n_0 a primeira aproximação do tamanho da amostra, tem-se $n_0 = 1/E^2$, em que E é o erro amostral tolerável, que nesse caso é igual a 5%. Logo, $n_0 = 1/0,05^2 = 400$. Calcula-se, então, n pela equação $n = (N \times n_0)/(N + n_0)$. Substituindo-se os valores, tem-se $n = (35.777 \times 400)/(35.777 + 400) = 396$. Portanto, $n = 396$ habitantes.*

||E|| - 3.1 Tamanho amostral

INCORRETA. Considerando-se n como o tamanho da amostra, N como o tamanho da população, n_0 a primeira aproximação do tamanho da amostra, tem-se $n_0 = 1/E^2$, em que E é o erro amostral tolerável, que nesse caso é igual a 5%. Logo, $n_0 = 1/0,05^2 = 400$. Calcula-se, então, n pela equação $n = (N \times n_0)/(N + n_0)$. Substituindo-se os valores, tem-se $n = (35.777 \times 400)/(35.777 + 400) = 396$. Portanto, $n = 396$ habitantes.*

Questão 51

Com base nos conceitos relativos à arquivística, assinale a opção que apresenta a definição correta de recolhimento, que é uma das formas de execução da função arquivística aquisição.

- A** responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente do vínculo de propriedade
- B** decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação
- C** entrada de documentos sob custódia temporária, sem a cessão da propriedade
- D** transmissão de um fundo a outra entidade produtora, a título de continuidade administrativa ou funcional
- E** entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Arquivística: princípios e conceitos.

1.1 Funções arquivísticas **INCORRETA**. É o conceito de custódia e envolve guarda e proteção, como o recolhimento, mas se limita a isso.*/

||B|| - 1 Arquivística: princípios e conceitos.

1.1 Funções arquivísticas **INCORRETA**. É o conceito de destinação e envolve o encaminhamento de documentos para guarda permanente, como o recolhimento, mas não se limita a isso.*/

||C|| - 1 Arquivística: princípios e conceitos.

1.1 Funções arquivísticas **INCORRETA**. É o conceito de depósito e envolve a concessão da custódia, como o recolhimento, mas não transmite a propriedade.*/

||D|| - 1 Arquivística: princípios e conceitos.

1.1 Funções arquivísticas **INCORRETA**. É o conceito de herança de fundos e envolve a movimentação de fundos, como o recolhimento.*/

||E|| - 1 Arquivística: princípios e conceitos.

1.1 Funções arquivísticas **CORRETA**. É o conceito correto de recolhimento.*/

Questão 52

Segundo a Lei n.º 15.529/2015, que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Documental de Pernambuco, compete à Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)

- A** a implementação, o acompanhamento e a supervisão da gestão dos documentos públicos dos órgãos e entidades da administração pública estadual.
- B** a gestão operacional relativa à execução dos serviços de digitalização e arquivamento digital dos documentos permanentes.
- C** a elaboração das tabelas de temporalidade de documentos de arquivo.
- D** a aplicação das tabelas de temporalidade de documentos de arquivo.
- E** a guarda, a conservação, o processamento técnico e o arquivamento físico dos documentos permanentes.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 2 Legislação arquivística. **INCORRETA**. Segundo art. 6.º, *caput*, da Lei n.º 15.529/2015, a opção traz competência do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.*/

||B|| - 2 Legislação arquivística. **CORRETA**. De acordo com a Lei n.º 15.529/2015: “art. 6.º (...) Parágrafo único. Cabe à Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, em caráter exclusivo e sob a supervisão do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE: I - a gestão operacional relativa à execução dos serviços de digitalização e arquivamento digital dos documentos permanentes (...)”.*/

||C|| - 2 Legislação arquivística. **INCORRETA**. Segundo o art. 7.º, Parágrafo único, da Lei n.º 15.529/2015, essa ação é coordenada pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, em conjunto com os órgãos ou entidades da administração pública estadual produtores do acervo.*/

||D|| - 2 Legislação arquivística. **INCORRETA**. O art. 7.º, *caput*, da Lei n.º 15.529/2015, especifica que essa é uma atribuição dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.*/

||E|| - 2 Legislação arquivística. **INCORRETA**. O art. 6.º, *caput*, da Lei n.º 15.529/2015, esclarece que essa é uma competência exclusiva do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE.*/

Questão 53

A implementação de um programa de gestão de documentos arquivísticos, segundo o Conselho Nacional de Arquivos, deve garantir a manutenção das características do documento arquivístico por meio da adoção de um conjunto exigências. Nesse sentido, para garantir a

- A** relação orgânica, deve-se assegurar que os documentos arquivísticos sejam produzidos no momento em que ocorre a ação ou imediatamente após, por pessoas diretamente envolvidas na condução das atividades e devidamente autorizadas.
- B** autenticidade, deve-se prever a identificação de cada documento individualmente, sem perder de vista o conjunto de relações que o envolve.
- C** confiabilidade, deve-se registrar e manter as relações entre os documentos e a sequência das atividades realizadas, por meio da aplicação de um plano de classificação.
- D** acessibilidade, deve-se garantir a transmissão de documentos para outros sistemas sem perda de informação e de funcionalidade.
- E** unicidade, deve-se garantir a identidade e integridade dos documentos arquivísticos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Gestão da informação e de documentos; implementação de programas de gestão de documentos. **INCORRETA**. Para garantir a relação orgânica, deve-se registrar e manter as relações entre os documentos e a sequência das atividades realizadas, por meio da aplicação de um plano de classificação.*/

||B|| - 4 Gestão da informação e de documentos; implementação de programas de gestão de documentos. **INCORRETA**. Para garantir a autenticidade, deve-se assegurar a identidade e integridade do documento arquivístico.*/

||C|| - 4 Gestão da informação e de documentos; implementação de programas de gestão de documentos. **INCORRETA**. Para garantir a confiabilidade, deve-se assegurar que os documentos arquivísticos sejam produzidos no momento em que ocorre a ação, ou imediatamente após, por pessoas diretamente envolvidas na condução das atividades e devidamente autorizadas.*/

||D|| - 4 Gestão da informação e de documentos; implementação de programas de gestão de documentos. **CORRETA**. Para garantir a acessibilidade, deve-se assegurar a transmissão de documentos para outros sistemas sem perda de informação e de funcionalidade.*/

||E|| - 4 Gestão da informação e de documentos; implementação de programas de gestão de documentos. **INCORRETA**. Para garantir a unicidade, deve-se prever a identificação de cada documento individualmente, sem perder de vista o conjunto de relações que o envolve.*/

Questão 54

Embora as atribuições de um serviço de protocolo possam ser alteradas de uma instituição para outra, são comumente atribuídas a protocolos institucionais as atividades de

- A** recebimento, registro, distribuição e descarte de documentos.
- B** produção, tramitação, apensamento e expedição de documentos.
- C** produção, registro, juntada, tramitação e expedição de documentos.
- D** reconstituição, juntada, tramitação e expedição de documentos.
- E** recebimento, registro, avaliação e distribuição de documentos.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Protocolo. 5.1 Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos **INCORRETA**. O protocolo não se envolve com o descarte de documentos; ele é atribuição do arquivo.*/

B - 5 Protocolo. 5.1 Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos **INCORRETA**. Embora servidores do protocolo possam produzir documentos de seu interesse, a produção não é uma das atribuições institucionais que o protocolo oferece às demais unidades administrativas.*/

C - 5 Protocolo. 5.1 Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos **INCORRETA**. Embora servidores do protocolo possam produzir documentos de seu interesse, a produção não é uma de suas atribuições institucionais oferecidas às demais unidades administrativas.*/

D - 5 Protocolo. 5.1 Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos **CORRETA**. Todas essas atividades são atribuições comumente exercidas por protocolos.*/

E - 5 Protocolo. 5.1 Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos **INCORRETA**. A avaliação não é uma atribuição da unidade de protocolo, mas do arquivo. Embora a classificação arquivística, que está vinculada à tabela de temporalidade, possa ser atribuída ao protocolo, isso não equivale à avaliação.*/

Questão 55

É apresentado a seguir o extrato de um plano de classificação de documentos de arquivos das atividades meio de determinada empresa.

100. Administração Geral

110. Gestão de pessoas

120. Orçamento e finanças

130. Documentação e informação

131. Avaliação e destinação

132. Classificação e organização

140. Patrimônio

141. Aquisição de produtos e serviços

142. Descarte de produtos e serviços

Com base na classificação precedente, assinale a opção correta.

- A** As atas de registro de preços devem ser classificadas no código 140.
- B** As guias de recolhimentos devem ser classificadas no código 132.
- C** O formulário de frequência de servidor requisitado deve ser classificado no código 120.
- D** O edital de eliminação de documentos de arquivo deve ser classificado no código 131.
- E** O edital de alienação de bens móveis considerados inservíveis deve ser classificado no código 141.

JUSTIFICATIVAS

A - 6 Avaliação e Classificação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Se há níveis inferiores na classe, a classificação precisa ser feita em um desses níveis. No caso, a opção correta seria “141. Aquisição de produtos e serviços”.*/

B - 6 Avaliação e Classificação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Guias de recolhimentos são elaboradas para listar documentos que serão enviados à fase permanente, um dos tipos de destinação, portanto a classificação deve ser “131. Avaliação e destinação”.*/

C - 6 Avaliação e Classificação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Frequência de servidor deve ser classificado em “110. Gestão de pessoas”.*/

D - 6 Avaliação e Classificação de documentos de arquivo. **CORRETA**. A eliminação de documentos é uma das destinações possíveis, portanto recebe a classificação “131. Avaliação e destinação”.*/

E - 6 Avaliação e Classificação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. O edital de alienação de bens móveis considerados inservíveis é classificado em “142. Descarte de produtos e serviços”.*/

Questão 56

Em relação à conservação e à restauração de documentos arquivísticos, assinale a opção correta.

- A** O armazenamento e o acondicionamento adequados são ações de conservação preventiva.
- B** As caixas-arquivo devem ser armazenadas deitadas sobre sua maior área a fim de evitar a dobra dos documentos e processos nelas acondicionados.
- C** Deve-se perfurar os documentos e mantê-los juntos com bailarinas sempre que possível.
- D** O manuseio de documentos com luvas é uma ação corretiva para evitar o contato da pele com o papel.
- E** A retirada de grampos e cliques dos documentos é uma ação de restauração.

JUSTIFICATIVAS

A - 8 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo

9 Preservação e conservação de documentos de arquivo. **CORRETA**. Armazenamento e acondicionamento adequados são ações de conservação preventiva.*/

B - 8 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo

9 Preservação e conservação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Se as caixas-arquivo não estiverem cheias, o fato de os documentos ficarem em pé não afeta sua estrutura, nem causa dobras.*/

C - 8 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo

9 Preservação e conservação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Sempre que possível, deve-se evitar a perfuração de documentos e a sua guarda com bailarinas, pois tais procedimentos danificam o documento.*/

D - 8 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo

9 Preservação e conservação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Manuseio de documentos com luvas é ação preventiva para evitar que o contato com a pele prejudique o papel.*/

E - 8 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo

9 Preservação e conservação de documentos de arquivo. **INCORRETA**. Retirada de grampos e clips dos documentos é ação preventiva. Se os metais não forem retirados, será necessário, no futuro, uma ação de restauração para retirar a ferrugem.*/

Questão 57

Na identificação tipológica dos documentos de arquivo, busca-se reconhecer ou estabelecer a

- A** fixação do texto.
- B** associação entre a espécie em causa e o tipo documental.
- C** datação (datas tópica e cronológica).
- D** sua origem ou proveniência.
- E** transmissão ou tradição documental.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 10 Análise tipológica dos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Refere-se à identificação diplomática.*/

||B|| - 10 Análise tipológica dos documentos de arquivo. **CORRETA**. Refere-se à identificação tipológica.*/

||C|| - 10 Análise tipológica dos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Refere-se à identificação diplomática.*/

||D|| - 10 Análise tipológica dos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Refere-se à identificação diplomática.*/

||E|| - 10 Análise tipológica dos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Refere-se à identificação diplomática.*/

Questão 58

Em relação à política de acesso às informações em documentos de arquivo no estado de Pernambuco, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 14.804/2012 e no Decreto n.º 38.787/2012.

- A** As instituições de direito privado devem disponibilizar informações essenciais sobre seus acervos históricos no Portal da Transparência do governo do estado de Pernambuco.
- B** As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades anônimas de Pernambuco também estão subordinadas ao regime da lei estadual de acesso à informação.
- C** Durante a vigência de estado de calamidade pública declarado por ato do Poder Executivo estadual, poderá ser suspenso, por prazo determinado, o atendimento às demandas de acesso à informação.
- D** No caso de indeferimento de pedido de acesso às informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo estipulado em lei.
- E** A transparência ativa ocorre quando o pedido de acesso à informação é atendido no prazo mínimo.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 2 Legislação arquivística.

11 Políticas de acesso aos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Instituições de direito privado não estão subordinadas à legislação de acesso à informação, conforme pode-se observar em consulta à Lei n.º 14.804/2021, arts. 1.º e 2.º. A lei se aplica somente àquelas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos e, ainda assim, não há essa restrição aos acervos históricos.*/

||B|| - 2 Legislação arquivística.

11 Políticas de acesso aos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Segundo a Lei n.º 14.804/2012, art. 1.º, Parágrafo único, inciso II, a lei não abrange sociedades anônimas, mas sociedades de economia mista.*/

||C|| - 2 Legislação arquivística.

11 Políticas de acesso aos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Conforme a Lei n.º 14.804/2012, art. 4.º, § 2.º, o que ocorre é que “durante a vigência de estado de calamidade pública declarado por ato do Poder Executivo estadual, os meios de atendimento à distância do inciso I do *caput* deverão conter seção específica atualizada diariamente com as informações relativas à situação de anormalidade, especialmente o detalhamento de despesas e contratos firmados para seu atendimento (...)”. Ou seja, a vigência de estado de calamidade não restringe, mas amplia o acesso à informação.*/

||D|| - 2 Legislação arquivística.

11 Políticas de acesso aos documentos de arquivo. **CORRETA**. Conforme a Lei n.º 14.804/2012, art. 8.º, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.*/

||E|| - 2 Legislação arquivística.

11 Políticas de acesso aos documentos de arquivo. **INCORRETA**. Transparência ativa ocorre quando há a promoção, independentemente de requerimento, da divulgação, em sítios na Internet, de informações de interesse coletivo ou geral produzidas, conforme Decreto n.º 38.787/2012, art. 7.º “é dever dos órgãos e entidades promover, independentemente de requerimento, a divulgação, em seus sítios na *internet*, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.”*/

Questão 59

Tendo em vista os requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, assinale a opção em que é apresentado um agrupamento de requisitos não funcionais.

- A** armazenamento
- B** avaliação
- C** captura
- D** segurança
- E** preservação

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 12 Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 12.1 Documentos digitais. 12.2 Requisitos. **CORRETA**. Trata-se de requisito não funcional.*/

||B|| - 12 Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 12.1 Documentos digitais. 12.2 Requisitos. **INCORRETA**. Trata-se de requisito funcional.*/

||C|| - 12 Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 12.1 Documentos digitais. 12.2 Requisitos. **INCORRETA**. Trata-se de requisito funcional.*/

||D|| - 12 Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 12.1 Documentos digitais. 12.2 Requisitos. **INCORRETA**. Trata-se de requisito funcional.*/

||E|| - 12 Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 12.1 Documentos digitais. 12.2 Requisitos. **INCORRETA**. Trata-se de requisito funcional.*/

Questão 60

No que se refere à microfilmagem de documentos arquivísticos, assinale a opção correta.

- A** Há sinalética prevista para o caso de um documento aparecer duas vezes no mesmo microfilme.
- B** Caso documentos da mesma série ou sequência sejam omitidos quando da microfilmagem, esta deve ser antecedida de uma imagem de observação com a descrição da irregularidade constatada.
- C** É admitida a utilização de filmes atualizáveis para a extração de cópias do filme original.
- D** Obedecidos os requisitos legais de microfilmagem, o original do documento de valor permanente microfilmado poderá ser eliminado.
- E** Uma vez utilizados para substituir os documentos originais, os microfilmes produzidos conforme os requisitos legais deverão ser reavaliados para estabelecimento de seus prazos de guarda.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Legislação arquivística.

13 Microfilmagem de documentos de arquivo_INCORRETA. Não há essa sinalética prevista em legislação, tampouco na Resolução n.º 10/1999, que dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.*/

||B|| - 2 Legislação arquivística.

13 Microfilmagem de documentos de arquivo_CORRETA. Conforme o Decreto n.º 1.799/1996, “Art. 9º. Os documentos da mesma série ou sequência, eventualmente omitidos quando da microfilmagem, ou aqueles cujas imagens não apresentarem legibilidade, por falha de operação ou por problema técnico, serão reproduzidos posteriormente, não sendo permitido corte ou inserção no filme original.

§ 1º A microfilmagem destes documentos será precedida de uma imagem de observação, com os seguintes elementos:

b) descrição das irregularidades constatadas; (...)”. */

||C|| - 2 Legislação arquivística.

13 Microfilmagem de documentos de arquivo_INCORRETA. Está explícito no Decreto n.º 1.799/1996, art. 5.º, § 2.º, que é vedada a utilização de filmes atualizáveis, de qualquer tipo, tanto para a confecção do original, como para a extração de cópias.*/

||D|| - 2 Legislação arquivística.

13 Microfilmagem de documentos de arquivo_INCORRETA. O Decreto n.º 1.799/1996 é claro ao afirmar, no art. 13, que os documentos oficiais ou públicos, com valor de guarda permanente, não poderão ser eliminados após a microfilmagem, devendo ser recolhidos ao arquivo público de sua esfera de atuação ou preservados pelo próprio órgão detentor.*/

||E|| - 2 Legislação arquivística.

13 Microfilmagem de documentos de arquivo_INCORRETA. O documento deve ser avaliado independentemente do seu suporte. Dessa forma, o Decreto n.º 1.799/96 ratifica, em seu art. 18, que os microfilmes originais e os filmes cópias resultantes de microfilmagem de documentos sujeitos à fiscalização, ou necessários à prestação de contas, deverão ser mantidos pelos prazos de prescrição a que estariam sujeitos os seus respectivos originais.*/

Espaço livre